



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

# 07/12/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Nova proposta de reforma trabalhista libera domingos

As sugestões para uma série de mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e na Constituição foram elaboradas por um grupo instituído pelo Ministério do Trabalho e da Previdência.

São ao menos 330 alterações em dispositivos legais. Há a inclusão de 110 regras —entre artigos, parágrafos, incisos e alíneas—, a alteração de 180 e a revogação de 40 delas.

Caso seja aprovada a mudança em relação aos domingos, um trabalhador pode ter direito a folgar nesse dia apenas uma vez a cada dois meses —a medida já havia sido tratada na tramitação da MP que deu origem à Lei de Liberdade Econômica.

A proposta dos especialistas altera o artigo 67 da CLT e diz que "não há vedação ao trabalho em domingos, desde que ao menos uma folga a cada 7 (sete) semanas do empregado recaia nesse dia".

Na justificativa da mudança, os especialistas afirmaram que "atualmente um dos maiores desafios que o mundo enfrenta é o desemprego".

"Hoje, para trabalhar aos domingos e feriados, é necessário: estar na lista de atividades autorizadas pela Secretaria Especial do Trabalho [convertida em ministério], ou possuir autorização de entidade sindical, mediante convenção ou acordo coletivo". A sugestão prevê acordo individual.

A medida, segundo o relatório, pode trazer benefícios para os níveis de emprego.

O conjunto de propostas consta de relatórios apresentados pelo ministério, na segunda-feira (29), ao Conselho Nacional do Trabalho. O texto reúne contribuições de magistrados, advogados, economistas e acadêmicos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 05 de dezembro

### Governo quer legalizar locaute

O governo de Jair Bolsonaro segue atacando direitos da classe trabalhadora, precarizando as relações de trabalho e permitindo que o setor empresarial atue livremente a fim de precarizar e prejudicar empregados e entidades sindicais. Agora, uma proposta de reforma sindical quer legalizar o locaute, além de limitar o poder da Justiça do Trabalho.

Hoje, o locaute é proibido por lei. Esse tipo de greve do setor patronal poderá ser permitido. A Justiça do Trabalho também teria sua atuação modificada. Hoje, os Tribunais do Trabalho colocam fim a conflitos, define direitos, permite o reajuste salarial, gratificações. Com a mudança, seria permitido apenas declarar se as greves de trabalhadores ou locautes seriam abusivos.

Segundo o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, a greve do setor patronal poderá ser usada como uma espécie de instrumento de pressão sobre os trabalhadores. "Vai institucionalizar o lobby pra reajuste de contratos", alerta Miguel.

As sugestões de mudanças foram produzidas pelo Gaet (Grupo de Altos Estudos do Trabalho) e enviadas ao Ministério do Trabalho e da Previdência, a pedido da Pasta, a fim de que seja formalizada uma reforma trabalhista.

Para Ricardo Patah, presidente da UGT, o locaute terá como efeito a satisfação do interesse empresarial. "Não advém do interesse do trabalhador, mas de pressão política muito forte", explica o dirigente.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 07 de dezembro

## Indicador do mercado de trabalho atinge menor nível desde abril

O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 4,1 pontos de outubro para novembro. Assim, ele atingiu 83 pontos, o menor patamar desde abril deste ano (78,9 pontos).

O Iaemp busca antecipar tendências do mercado de trabalho no país nos próximos meses, com base em entrevistas com consumidores e com empresários da indústria e dos serviços.

Em novembro, os sete componentes do Iaemp tiveram queda, com destaque para a situação atual dos negócios no setor de serviços e o emprego previsto na indústria.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 07 de dezembro

## Desemprego, queda de renda e pobreza, elevam dependência de programas sociais no Brasil

Com emprego e renda em queda em 2020, a desigualdade e a pobreza no Brasil só não aumentaram devido aos programas sociais, que o governo implementou sob pressão. A queda na renda fez aumentar a dependência de benefícios. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada nesta sexta-feira (3) pelo IBGE, a proporção da população em situação de extrema pobreza caiu para 5,7% no ano passado (12,046 milhões de pessoas), mas sem os programas teria aumentado para 12,9%.

O mesmo teria ocorrido com as pessoas em situação de pobreza, que poderiam chegar a 32,1% da população. Ainda assim, representam quase um quarto (24,1%). São 50,953 milhões de brasileiros nessa situação.

A participação do rendimento do trabalho na renda total caiu de 74,4%, em 2019, para 72,8%. Já o peso dos programas sociais saltou de 1,7% para 5,9%. O levantamento do IBGE já mostra queda drástica da presença do Bolsa Família, que o atual governo acaba de extinguir.

No caso do índice de Gini, que mede a desigualdade, havia tendência de queda até 2015. Naquele ano, o indicador estava em 0,540 (quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade), sem considerar os programas sociais. Passou a subir em 2016 (ano do impeachment), estacionou em 2019 e subiu no ano passado, quando chegou a 0,573.

Incluídos benefícios de programas sociais, o índice de Gini vai a 0,524 em 2015, repetindo esse comportamento. Em 2020, voltou ao mesmo nível.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 06 de dezembro

## Conta de luz ainda deve continuar subindo, mas agora em ritmo menor

Na contramão do que aconteceu nos últimos meses, os consumidores podem ter um alívio parcial nas contas de luz no horizonte. A projeção para o ano que vem ainda é de aumento nas tarifas, mas a decisão do governo de limitar o uso de termoeletricas e a importação de energia de países vizinhos pode evitar um impacto maior nos bolsos dos brasileiros e mais pressão na inflação. A medida vem atrelada às previsões positivas de chuvas nos próximos meses. Contudo, a situação ainda requer cautela, já que não é possível indicar qual será o cenário dos reservatórios em 2022.

A necessidade de usar todas as térmicas fez o preço da energia disparar nos últimos meses. A preferência agora, de acordo com o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochi, é acionar "das mais baratas para as mais caras".

Na prática, a priorização destas usinas, por meio da limitação da geração de térmicas e importação de energia a 15 mil megawatts médios, estabelecida desde quarta-feira, 1º, pode reduzir os encargos pagos por todos os consumidores, inclusive as grandes indústrias.

De acordo com estimativas feitas pelo diretor técnico da PSR, Rodrigo Gelli, a redução do acionamento de todas as térmicas do sistema para o montante colocado pelo governo representa uma economia de R\$ 2 bilhões por mês - ou R\$ 11,5 bilhões ao longo de todo o período úmido, que vai até abril. Com isso, a medida pode gerar uma redução de 4 pontos percentuais na tarifa do consumidor regulado (residencial, por exemplo) em relação ao reajuste que seria aplicado caso todas as térmicas estivessem ligadas como antes.

A necessidade de usar todas as térmicas fez o preço da energia disparar nos últimos meses. A preferência agora, de acordo com o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochi, é acionar "das mais baratas para as mais caras".